

INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL

II Congresso Brasileiro Online de Nutrição, Saúde e Bem-estar, 2^a edição, de 26/07/2021 a 29/07/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-44-9

MARQUES; Luciana Araújo¹, SILVA; Camilo Adalton Mariano da²

RESUMO

Introdução: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) existente no Brasil, sendo considerado estratégico para o acesso e promoção à alimentação adequada e saudável. No contexto de pandemia da COVID-19, em função do aumento da vulnerabilidade social da população, o programa assumiu especial papel no enfrentamento da fome e da insegurança alimentar vivenciada em seus vários graus. A compra direta da Agricultura Familiar (AF), com no mínimo 30% do valor repassado pelo governo federal aos municípios para a execução do PNAE, prevista na Lei Federal 11.947/2009, estimulou o apoio ao desenvolvimento sustentável, ao reconhecer a necessidade de uma produção de alimentos que atenda com qualidade às demandas nutricionais da população e ao mesmo tempo garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, valorizando a diversidade produtiva. **Objetivo:** Identificar o quantitativo de municípios que realizaram a compra direta da agricultura familiar, bem como os respectivos percentuais de compra, nas cinco regiões brasileiras e em distintos recortes temporais. **Método:** Foram consultados os dados oficiais de aquisição da Agricultura Familiar (AF) disponibilizados no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), referente ao exercício 2013, quando da aprovação da Resolução FNDE nº 26, a qual regulamenta a compra da AF, e ao exercício 2017, último ano para o qual o FNDE disponibilizou publicamente dados oficiais de aquisição. A análise estatística foi realizada no software Stata SE 12.0, com adoção de nível de significância de 5% em todos os testes estatísticos. Foram empregadas técnicas estatísticas descritivas (frequência simples, média, mediana e desvio padrão) e inferenciais (teste Qui-quadrado e teste Kruskal-Wallis). **Resultados:** De um total de 5.535 municípios registrados em 2013, 78.34% realizaram a aquisição da AF, número que subiu para 85.70% no ano de 2017, quando um total de 5.539 foram registrados. A análise por região do país, mostrou que, em ambos os anos (2013/2017), houve diferença estatisticamente significativa de compra entre as regiões do Brasil, sendo que a Centro-Oeste (72/74%) e a Norte (69/77%) apresentaram as menores frequências percentuais de compra, a Nordeste (73/82%) e Sudeste (76/85%) frequências intermediárias e a Sul (94/97%) a maior e única frequência a ultrapassar 90% dos municípios com aquisição direta da AF. Quando analisado o valor percentual empregado na aquisição, em 2013, somente 34,33% dos municípios brasileiros atingiram o percentual mínimo de 30% exigido em legislação, número que aumentou para 48,76% em 2017. As regiões Sudeste (34/48%) e Sul (59/82%) apresentaram as maiores frequências de municípios comprando o mínimo de 30%, sendo que apenas na Sul este número superou a marca dos 50%. **Conclusão:** A compra da AF avançou, com significativa diferença entre as regiões, durante o período analisado, contudo o cumprimento do percentual mínimo de 30% configurou-se como desafio para a maior parte das regiões brasileiras. O investimento em ações educativas e de assistência técnica, que contemplem as especificidades locais e regionais, são apontados como estratégicos para a organização dos agricultores familiares e das gestões municipais responsáveis pela execução do PNAE.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Alimentação Escolar, Segurança Alimentar e

¹ Universidade Federal de Ouro Preto, luciana.cecane@yahoo.com.br

² Universidade Federal de Ouro Preto, camilo@ufop.edu.br

